

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17051 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 22 - Educação Especial

## ENSINO COMUM E EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO COLABORATIVO

Lisania Barbosa Zambeli - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Maiandra Pavanello da Rosa - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

### **ENSINO COMUM E EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO COLABORATIVO**

**RESUMO:** A pesquisa foi desenvolvida no curso de Mestrado. A temática que balizou a pesquisa refere-se ao ensino colaborativo, a partir de práticas que envolveram o trabalho pedagógico dos professores de ensino comum e de educação especial. A pesquisa trouxe como objetivo desenvolver, descrever e analisar práticas de ensino colaborativo no âmbito de uma turma de 1º ano escolar do ensino fundamental em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria. A metodologia utilizada tem abordagem qualitativa, tendo como método de pesquisa a pesquisa-ação colaborativo-crítica. O *lôcus* da pesquisa situou-se em uma Escola da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria. Os participantes foram: a professora do ensino comum, a professora de educação especial e os estudantes da turma. A produção de dados se deu a partir da análise das práticas pedagógicas exercidas pelas professoras, tendo como referência o ensino colaborativo, o diário de campo das professoras e a entrevista semiestruturada com a professora de educação especial. Após a pesquisa, percebe-se a importância deste trabalho entre as professoras de ensino comum e educação especial, pois oferece benefícios na escolarização de todos os estudantes, bem como a qualificação das práticas pedagógicas das professoras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Colaborativo. Ensino Comum. Educação Especial. Práticas Pedagógicas.

O presente estudo é fruto de dissertação de Mestrado e foi construído a partir dos questionamentos que perpassam a educação inclusiva, principalmente nos que tange aos desafios da inclusão na sala de aula comum. A prerrogativa da inclusão escolar é defendida pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a qual preconiza que a educação é direito de todos no sistema regular de ensino. Da mesma forma, a Lei Nº 9394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), destaca a frequência de todos os estudantes no sistema comum de ensino.

Na década de 2000, movimentos mais incisivos em prol da inclusão escolar são publicados, entre eles a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que estabelece a organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um serviço de apoio à eliminação de barreiras e promoção da

participação dos estudantes público-alvo da educação especial em todas as atividades escolares.

Nessa perspectiva, a articulação pedagógica entre ensino comum e educação especial funciona como uma potente ferramenta para a promoção de acessibilidade curricular e participação de todos os estudantes nas propostas desenvolvidas. Desta forma, entende-se a relevância do trabalho em conjunto entre professor de ensino comum e de educação especial.

Nesse sentido, a pesquisa tencionou a realização de práticas pedagógicas pautadas no ensino colaborativo. O ensino colaborativo apresenta-se como uma prática que envolve dois professores, que precisam estar dispostos a compartilhar experiências, refletir e autoavaliar seus fazeres pedagógicos, envolvendo um trabalho de parceria em sala de aula entre professor de ensino comum e professor de educação especial (CAPELLINI; ZERBATO, 2019).

O método de realização desta pesquisa esteve pautado em uma abordagem qualitativa de investigação. A metodologia adotada foi a pesquisa-ação colaborativo-crítica que de acordo com Monceau (2005, p. 469) “se constitui e se põe em movimento o dispositivo de trabalho por meio do qual colaboram o(s) pesquisador(es) e os demais que, conforme o caso e o quadro teórico, chamamos de práticos, parceiros, atores sujeitos”.

Para Jesus (2005), a natureza colaborativa da investigação-ação coloca os profissionais envolvidos no processo de pesquisa no lugar de sujeitos encarnados e construtores do conhecimento, por estarem incorporados ao discurso e à discussão dos caminhos da investigação, uma vez que esse movimento busca diálogos com as vontades de conhecer desses sujeitos, ou seja, o problema de investigação nasce das demandas vividas no cotidiano.

Nessa perspectiva, a pesquisa objetivou desenvolver, descrever e analisar práticas de ensino colaborativo no âmbito de uma turma de 1º ano escolar do ensino fundamental em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria. A produção dos dados ocorreu a partir das práticas de ensino colaborativo desenvolvidas junto à turma, no primeiro e segundo trimestres de 2023. Participaram do estudo a professora do ensino comum (regente da turma), a professora de educação especial e os 14 estudantes, entre eles, dois alunos público-alvo da educação especial. As práticas ocorreram em sala de aula comum, duas vezes por semana e um dia de encontro das professoras para planejamento. Os registros dos dados produzidos foram realizados através de diário de campo das duas professoras, entrevista com a professora de educação especial e registros fotográficos.

A análise do material empírico foi realizada a partir das contribuições teóricas de Philippe Meirieu (1998, 2002, 2005), sobre práticas pedagógicas, e de autores como Capellini e Zerbato (2019); Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018) quanto à conceitualização e à caracterização do Ensino Colaborativo. A pesquisa contemplou quatro eixos analíticos: 1) ensino colaborativo: efeitos nas práticas pedagógicas; 2) as experiências de aprendizagem dos estudantes diante da perspectiva do ensino colaborativo; 3) o processo formativo das professoras mediante a prática do ensino colaborativo; e 4) os desafios e as possibilidades do

ensino colaborativo no contexto escolar.

Ao analisar os achados por meio de práticas pedagógicas, baseadas no ensino colaborativo, foi possível perceber a importância deste trabalho entre as professoras de ensino comum e educação especial, oferecendo benefícios na escolarização de todos os estudantes, bem como a qualificação das práticas pedagógicas das professoras.

A atenção e o comprometimento de ambas as professoras no processo de desenvolvimento das práticas pedagógicas, fortaleceu e beneficiou o planejamento e a prática do ensino colaborativo, problematizando sobre propostas mais democráticas e acessíveis, corroborando com Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018, p.148) de que certas “modificações no ato de ensinar, não são tarefas fáceis e simples de serem executadas, nem ao menos é possível que o professor de ensino comum, sozinho, as realize”. Desta forma, a cooperação e os conhecimentos das professoras somaram e potencializaram as práticas pedagógicas, contribuindo positivamente para a aprendizagem de todos os estudantes.

Quando iniciaram as práticas, as professoras apesar de conversarem e compartilharem o planejamento no Google Drive, não se reuniam. Tal ação não se configurava como uma ação colaborativa, considerando que uma professora construía e a outra parecia “adaptar”. No decorrer da pesquisa, compreendeu-se a necessidade da realização do planejamento em conjunto, ou seja, a construção colaborativa, conforme pode ser percebido na fala da professora de educação especial, que destaca que o “planejamento colaborativo precisa de conversas e de construções coletivas” (Professora de educação especial, 2023).

A organização do planejamento em conjunto contribuiu para a construção de propostas mais coerentes e articuladas com as vivências e desejos dos estudantes, além de propiciar momentos de conversa e troca entre as professoras. As professoras planejaram e executaram as propostas de forma articulada, revezando as responsabilidades em sala de aula.

O planejamento e as ações colaborativas em sala de aula proporcionaram explorar diferentes perspectivas e enfoques educacionais e foram construídas com base na pedagogia diferenciada de Meirieu (2002), onde o professor assume um papel de mediador e intelectual reflexivo-crítico, ou seja, como aquele que “trabalha sobre o saber que ensina”, entendendo que essa tarefa significa debruçar-se sobre os conhecimentos a serem mediados e também sobre os fundamentos da educação por permitirem a promoção da inventividade pedagógica (MEIRIEU, 2002, p. 90).

A partir das vivências do ensino colaborativo e da adoção de metodologias diversificadas, destacamos que as práticas tiveram avanços positivos na aprendizagem de todos os estudantes, possibilitaram desafios de acordo com interesse, resultando num processo de construção de conhecimento contínuo e dinâmico.

Meirieu (2005) ressalta que a apropriação do conhecimento é uma ação mediada pelo outro, mas também uma experiência que cada indivíduo estabelece com aquilo que busca

conhecer. Por isso, não há como adaptar o conhecimento a uma pessoa e sim criar condições de acessibilidade, respeitando a individualidade de cada um e considerando que haverá aprendizagem quando “um indivíduo toma a informação em seu meio em função de um projeto pessoal” (MEIRIEU, 1998, p. 54).

No que tange ao processo formativo das professoras participantes, é importante destacar que foi a primeira experiência com ensino colaborativo, pelas duas professoras. Apesar do ensino colaborativo ocorrer em práticas muito restritas, são visíveis os avanços na docência, para as duas professoras, tanto na segurança no planejamento, quanto na partilha de saberes e responsabilidades. A professora de educação especial, que considerou a prática como “um trabalho potente que está proporcionando conhecimento para nós (professoras) e muitas coisas legais para os alunos” (Professora de educação especial, 2023).

Capellini e Zerbato (2019, p. 67) destacam que a “construção do trabalho colaborativo [...] não é tarefa fácil, principalmente porque a cultura escolar sempre os separou e promoveu o trabalho individualizado de cada profissional”. Apesar de não se configurar como uma tarefa fácil, o ensino colaborativo enriquece a formação docente e prepara gerações futuras para um mundo mais inclusivo.

A pesquisa apontou alguns desafios e possibilidades para efetivação do ensino colaborativo, dentre elas destaca-se a fragilidade de condições de produção de práticas, ou seja, o tempo para a realização do ensino colaborativo em sala de aula comum, com uma super valorização do atendimento individualizado em sala de recursos. A professora de educação especial destaca que é possível perceber a diferença na dinâmica da aula, numa perspectiva de ensino colaborativo, “quando planejamos juntas, me sinto mais parte da turma, responsável também pela aprendizagem de todos” (Diário de campo da professora de educação especial, 03/07/2023).

Outro desafio refere-se à formação de professores, sendo que a Rede de Ensino não conta com formações sobre a temática e considera-se importante realizar discussões e reflexões destinadas aos professores com o foco no ensino colaborativo, sustentando a efetivação dessas práticas no âmbito escolar. Também se fazem necessários maiores investimentos, priorizando mais carga horária para o professor de educação especial, pois os recursos humanos são fundamentais na concretização desta prática.

Como possibilidades destacamos, o apoio da gestão escolar e, nessa perspectiva, corroboramos com Capellini e Zerbato (2019, p. 59), as quais reforçam que um dos elementos para o sucesso do ensino colaborativo é ter uma gestão que “saiba ouvir e que esteja aberta”, que possibilite a efetivação de condições favoráveis à inclusão. Destaca-se, que a gestão da escola criou espaço para que o ensino colaborativo se desenvolvesse dentro das suas possibilidades.

Outra possibilidade foi a evolução das práticas pedagógicas e trabalho docente realizado pelas professoras participantes da pesquisa, as quais foram desenvolvendo um

vínculo profissional de respeito e valorização dos conhecimentos pedagógicos de ambas. O ensino colaborativo agregou conhecimentos, construindo novas aprendizagens docentes e enriquecendo as práticas pedagógicas.

As práticas pedagógicas foram se tornando relevantes e atraentes e de acordo com o interesse dos estudantes, provocando estímulos e desejo de aprender. Segundo Meirieu (1998), o papel do educador é ser um formador que cria estímulos, proporcionando assim novas aprendizagens. Nesse sentido, o planejamento das ações geraram as práticas pedagógicas em movimentos interativos, a partir dos diversos conhecimentos prévios, dos diferentes interesses dos estudantes e das distintas maneiras de aprender.

Acredita-se que o ensino colaborativo seja uma importante ferramenta para pensar a melhoria do ensino e da aprendizagem para todos os alunos. Contudo, compreende-se que o ensino colaborativo não é uma tarefa fácil e requer muitas discussões no contexto educacional, pois a cultura escolar sempre priorizou uma prática pedagógica mais individualizada entre os professores de ensino comum e educação especial. Nesse sentido, o exercício da partilha e da colaboração trazem grandes desafios, exigindo a garantia de políticas públicas e de investimentos na formação de professores, tanto na formação inicial quanto na continuada, para o desenvolvimento de práticas colaborativas, articuladas e cooperativas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 04 set. 2022.

CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho; ZERBATO, Ana Paula. **O que é ensino colaborativo**. São Paulo: Edicon, 2019.

JESUS, Denise Meyrelles de; VIEIRA, Alexandro Braga e EFFGEN, Ariadna Pereira Siqueira. Pesquisa-ação colaborativo-crítica: em busca de uma epistemologia. **Educação & Realidade**. Vitória-ES, 2005, v. 39, n. 3, pp. 771-788. Disponível em: [13. Pesquisa-Ação Colaborativo-Critica.indd \(scielo.br\)](http://www.scielo.br/13.Pesquisa-AçãoColaborativo-Critica.indd). Acesso em: 25 Jul 2022.

MEIRIEU, Philippe. **Aprender sim, mas como?** Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre:

Artmed, 1998.

MEIRIEU, Philippe. **A pedagogia entre o dizer e o fazer: a coragem de recomeçar.** Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MEIRIEU, Philippe. **O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino Colaborativo como Apoio à Inclusão Escolar:** Unindo esforços entre Educação Comum e Especial. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

MONCEAU, Gilles. Transformar as Práticas para Conhecê-las: pesquisa-ação e profissionalização docente. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 467-482, set./dez. 2005.